


Revista do **SESCON RS**

Publicação do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul

ANO XVII | Nº 62/11 | DEZEMBRO DE 2012

SXOCHU



Gestão
financeira,
o sucesso
dos negócios

PÁG. 8

Artigo: O futuro
do PIS/Cofins

PÁG. 18

ENTREVISTA

Guilherme
Tostes, Diretor
da FENACON

PÁG. 6

Economia: rumo ao crescimento

PÁG. 12

O BOX-e CONTINUA RECEBENDO
ÓTIMAS NOTAS.

+
DE

200

MIL NOTAS/MÊS

BOX-e

Recebendo uma excelente aceitação, o BOX-e é sucesso no mercado contábil. Lançado em março de 2012, já armazena mais de duzentas NF-e por mês. Além de gerenciar NF-e automaticamente, o BOX-e facilita o dia a dia do escritório, dos seus clientes e possui um custo-benefício muito melhor do que você imagina. Também com CT-e.

Converse com um vendedor e descubra você também as vantagens do BOX-e.

dominio
sistemas

A sua melhor escolha

www.dominiosistemas.com.br - Informações comerciais: 0800 645 4004

Prezado leitor

As estimativas da economia em 2012 não se confirmaram. E pior, o setor de serviços ficou com crescimento nulo, 0%. Sabemos muito bem o que isso representa para nossas representadas, as quais atuam em um segmento da economia onde



JAIME GRÜNDLER SOBRINHO
PRESIDENTE

as oscilações na produção industrial e comercial nos atingem diretamente, tanto de forma positiva como negativamente. Em um país em que o setor de serviços é o que mais cresce, o resultado apresentado pelo IBGE é um alerta e motivo de reflexão.

Por este motivo a reportagem de capa da Revista do SESCOB-RS foi ouvir os especialistas sobre as expectativas da economia em 2013, que apontam um cenário positivo. Será que irá se confirmar ou iremos repetir o ritmo lento, quase parando da produção econômica deste ano?

Mas vamos torcer pelos 4% do PIB e na retomada da economia e dos investimentos para o próximo ano. E ao mesmo tempo o SESCOB-RS quer torcer pelo sucesso de todas as empresas representadas, desejando os melhores resultados e lucros para seus negócios e empreendimentos. Um Feliz Natal a todos e um Próspero Ano Novo!

3	PALAVRA DO PRESIDENTE
4	PANORAMA
6	ENTREVISTA
8	GESTÃO
10	ARTIGO
11	AÇÕES SESCOB-RS
12	CAPA
16	GERAL
18	INFORME TÉCNICO
21	ACONTECEU



WORKSHOP QUALIFICAR É PRECISO

22	PONTO DE VISTA
----	----------------

Os ensinamentos do Monge e o Executivo

REFLEXÕES SOBRE LIDERANÇA E DA IMPORTÂNCIA DO RELACIONAMENTO HUMANO ESTARÃO NA PAUTA DA PALESTRA DE JAMES HUNTER EM GRAMADO

O estadunidense James Hunter, autor do livro *O Monge e o Executivo*, um dos palestrantes da 15ª Conescap, considera como sua maior virtude, ensinar os princípios da liderança. Para ele, empresas de sucesso salientam o relaciona-

FOTOS DIVULGAÇÃO



JAMES HUNTER

mento humano, buscam o equilíbrio na construção de um ambiente saudável. Ele defende que a base da liderança não é o poder e sim a autoridade conquistada com amor. Através de suas palestras e ensinamentos, tem criado uma nova cultura para os líderes focando na importância da espiritualidade e da humanização.

Hunter tem mais de 20 anos na área de consultoria e é consultor-

-chefe da J. D. Associados, empresa de consultoria especializada no planejamento e no desenvolvimento de soluções nas áreas de liderança e de evolução de pessoas. A empresa foca sua missão no crescimento através da capacitação. A ideia principal do bom executivo deve ser transformar chefes em mentores. Ele diz: se você conquista corações e mentes, faz com que sua força de trabalho entenda os benefícios de doar-se à organização. A estratégia

deve ser a de construir autoridade, não poder; de exercer influência, não medo ou intimidação.

O principal desafio nesse processo é vencer o ego. Liderança representa a sua capacidade de influenciar pessoas a agir. Seja o chefe que você gostaria que seu chefe fosse, ensina o consultor, que ainda exemplifica que liderança é você inspirar e provocar o outro para ação. É motivar pessoas com entusiasmo e trabalho para o bem comum. A qualidade número um do grande líder é personalidade, aquilo que a pessoa é quando ninguém está olhando.

Além do consagrado escritor, foi confirmada a participação do ex-ministro da Fazenda (janeiro 1988 a março de 1989)

Maílson da Nóbrega como palestrante da Conescap. A Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas, será realizada em Gramado, de 21 a 23 de agosto de 2013, em Gramado com a presença de mais de dois mil empresários do setor. Cerca de 80% dos espaços da feira de negócios, Feiness já estão comercializados. Entre os patrocinadores estão Certisign, Prosoft, Domínio Sistemas e IOB Folhamatic.



MAÍLSON DA NÓBREGA



WK SISTEMAS

Essencial para sua empresa

SPED – SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

SPED CONTÁBIL | FCONT | SPED FISCAL | EFD-CONTRIBUIÇÕES | NOTA FISCAL ELETRÔNICA

- Substituição dos livros contábeis e fiscais através da escrituração digital.
- Emissão, gerenciamento, mensageria, acompanhamento e controle das NF-e.
- Integração total e eliminação de retrabalhos e riscos.
- Simplicidade e segurança para o usuário final.
- Melhor relação custo x benefício do mercado.

ENTRE EM CONTATO E CONHEÇA AS VANTAGENS DE NOSSAS SOLUÇÕES.



cruzeiro
sistemas de gestão

www.cruzeiro.inf.br
Porto Alegre (51) 3221 0008
Caxias do Sul (54) 3214 4522



GESTÃO
INFORMÁTICA

www.gestaoinformatica.com.br
Porto Alegre (51) 3407 0658

ERP RADAR EMPRESARIAL

Controladoria – Vendas – Materiais – Produção – Custos – Finanças – Recursos Humanos – Serviços – BI – GED

0800 47 3888 | www.wk.com.br   @uksistemas

GUILHERME TOSTES, VICE-PRESIDENTE DA FENACON

“Combater a lavagem é atacar uma série

O termo lavagem de dinheiro aparece nos anos 30, nos Estados Unidos. Descrevia o uso, pela máfia, do serviço de máquinas automáticas de lavar roupa para justificar recursos obtidos de forma ilícita. O avanço do crime organizado sofisticou o processo por complexas movimentações financeiras e obrigou o aprimoramento das estratégias de fiscalização e controle. A primeira lei no Brasil, sobre o tema, é de 1998 e trata da punição do ato de ocultar valores provenientes do tráfico de drogas, de armas e de sequestros. Está em vigor, desde julho último a Lei 12.683, que introduz importantes alterações e amplia a Lei 9.613/98. Para detalhar o tema polêmico, entrevistamos Guilherme Bottrel Pereira Tostes, vice-presidente Região Sudeste da Fenacon.

O que diz e o que, especificamente, mudou na Lei 12.683 (9 julho 2012)?

Trata-se de uma série de compromissos, que todos os países pertencentes à Ocd (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) têm que cumprir. Um dos pontos polêmicos da lei passa a obrigar alguns profissionais, inclusive contadores, a informar sobre as movimentações de seus clientes ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras).

Haverá maior rigor no combate as infrações? Quais infrações?

A Lei cria novas fontes de informação para o órgão de inteligência financeira (Coaf). A partir dele, é que se dá o fomento da investigação e encaminhamento aos demais órgãos como Ministério Público, Polícia Federal etc. Lavagem de dinheiro é o processo onde se tenta dar uma aparência de legalidade a recursos ilícitos. Combater isso é atacar uma série de crimes e suas ramificações. Incluem-se aí desde o tráfico de drogas até a corrupção,

passando por jogos, extorsão etc. Em, praticamente, todos os países signatários da Ocd, contadores já são obrigados a prestar informações.

O que esta lei de Lavagem de Dinheiro tem de conexão com a questão do Mensalão?

Não poderia afirmar se está diretamente ligado. Faz parte de um contexto maior. Se o Brasil não respeitar os tratados da Ocd pode ficar restringido no cenário comercial e financeiro internacional. No entanto, o Mensalão trouxe a questão da lavagem de dinheiro, como uma prática importante para viabilizar a vida do criminoso. O

Procurador Geral, em sua denúncia, elucidou muito bem os caminhos percorridos pelos réus, desde o desvio do erário até

Lavagem de dinheiro é o processo onde se tenta dar uma aparência de legalidade a recursos ilícitos. Combater isso é atacar uma série de crimes e suas ramificações.

sua aplicação, tornando “legal” aquilo que seria fruto de um crime.

Qual a posição da Fenacon em relação a essa Lei?

A Fenacon, junto com o CFC

m de dinheiro de crimes”

e Ibracon, trabalhavam numa comissão na defesa das prerrogativas da profissão contábil, desde 2011. De início foi um susto. Não nos conformamos com a primeira imagem de que viraríamos “dedos-duros”.

Esta comissão consultou outras categorias afetadas, fomos acolhidos pela OAB Nacional e fizemos contato direto com o Coaf. Percebemos que havia espaço para cooperação, ao invés de enfrentamento. Isto lapidou nosso posicionamento. A Fenacon tem trabalhado em sintonia com as entidades citadas resguardando nossas prerrogativas.

Quanto aos setores de serviços, contabilidade, assessorias, quais as alterações?

Elas estão sendo elaboradas. Já podemos afirmar que todos terão, em algum grau, que disponibilizar informações ao Coaf. Devemos ser seletivos com o perfil de cliente ao qual prestaremos serviços. Aquele que não informa, ou que ajuda a cometer o ilícito, pode e será tido como cúmplice.

Devemos ser seletivos com o perfil de cliente ao qual prestaremos serviços. Aquele que não informa, ou que ajuda a cometer o ilícito, pode e será tido como cúmplice.

Que cuidados os serviços de contabilidade e de auditoria devem ter a partir dessa Lei?

Cuidado com seu cliente. Pesquisei com colegas de países onde norma similar já

vigora e foram unânimes em alertar para isso. Quanto mais simpático a práticas ilegais ele for, maior será o risco do prestador de serviços. Alguns empreendedores se mos-

tram omissos em relação à questão. Ou pior, sequer conseguem imaginar sua operação sem algum grau de ilegalidade. Contabilizar caixa dois, arrumar solução para problemas de origem ou

ajustar lançamentos (entre outras práticas), já era ilegal antes, agora passa a sujeitar o contador a mais punições.

Quanto mais simpático a práticas ilegais ele for, maior será o risco do prestador de serviços. Alguns empreendedores se mostram omissos em relação à questão. Ou pior, sequer conseguem imaginar sua operação sem algum grau de ilegalidade.

Que precauções empresários e empresas devem ter? Como agir?

Empresas intensivas em práticas ilegais devem descontinuar ou se reinventar. O tempo joga contra os ilegais. O melhor amigo do empresário é, justamente, o contador. Veremos florescer uma geração mais preocupada com controles do que com a sonegação. Concluído que se mantenham atualizados

com a legislação, em estreita sintonia com as equipes da contabilidade e se preocupem também com a sua cadeia produtiva.

DIVULGAÇÃO SESCON-RS



GUILHERME TOSTES

Gestão fina para garantir a

FOTO DIVULGAÇÃO



GLAUCILENE PEDROSO TRAPP

Atualmente existe uma grande preocupação com a gestão financeira das pequenas empresas, em particular, das prestadoras de serviços, uma vez que as mesmas são consideradas de grande importância no crescimento de uma economia saudável e sustentável. E para garantir seu futuro, as empresas precisam muito mais que dominar as equações de fluxo de caixa, começando com um planejamento financeiro com visão de longo prazo. Além disso, definir um orçamento anual como sendo o instrumento de navegação de

uma empresa ou negócio. São estes os principais pilares de sustentabilidade que Glauciane Pedroso Trapp, coordenadora do Curso de Tecnologia em Gestão Financeira na Faculdade Senac, enumera as ações essenciais para o sucesso de qualquer atividade empresarial e a obtenção de lucro: “estes instrumentos são de extrema relevância, já que possibilita que se identifiquem potencialidades, fragilidades e oportunidades seja ela de pequeno, médio ou grande porte”. Segundo a especialista “o gestor, a partir de diversos critérios, faz um diagnóstico e propõe um plano de ação para melhorar o que já está funcionando bem ou,

alterar o que não está trazendo resultados.” De um modo geral, sofre dificuldade o empreendimento que não possui total conhecimento de suas finanças.

INFORMAÇÕES PRECISAS

É fundamental ter as informações corretas sobre saldo do caixa, valor dos estoques, valor das contas a receber e a pagar, entre outros. Empresas sem informações precisas estão fadadas a fechar, via de regra, até o quinto ano da abertura. Por isso não basta que o empreendedor conheça e tenha noções de administração para tocar seus negócios, é necessário que um executivo financeiro esteja presente, lado a lado, para as tomadas de decisões de investimentos e controle os recursos disponíveis ou de empréstimos. Esse profissional precisa ter uma visão sistêmica do negócio e também, estar atento às demandas das diversas áreas. Segundo Glaucia, “deve ter qualidades como dinamismo, transparência, ética, disciplina, capacidade de negociação e planejamento e facilidade de interação.” Para interpretar, registrar e visualizar os aspectos que influenciarão no desenvolvimento da empresa, a área da contabilidade, que desenvolve e provém os dados, é fator primordial. É ela quem fornece as informações necessárias para que o gestor co-



nceira

sustentabilidade

DEFINIR UM
PLANO FINANCEIRO
É QUESTÃO
SINE QUA NON
PARA O
SUCESSO
DOS
NEGÓCIOS



nheça a situação do negócio visando à maximização dos seus resultados. “A empresa que tem uma adequada gestão financeira, com visão correta da situação real, leva vantagem no futuro de seu negócio, pois assegura o correto planejamento, análise e controle de suas finanças”, conclui a coordenadora do Senac.

SEM INFLAÇÃO

Se antes a inflação deteriorava qualquer plano futuro, este motivo não existe mais para justificar a ausência de uma gestão financeira, que deve ser realizada a partir de várias análises, conforme o modelo de negócio. Para Julimar Roberto Rota, da ABEF – Associação Brasileira de Executivos Financeiros, “são as condições da economia que impactam no ambiente de negócios das empresas e direcionam o dia a dia do gestor financeiro. Essa nova realidade implicará em novos caminhos financeiros. Ao gestor cabe contribuir na questão de controle financeiro x investimento. Ele atua nas duas pontas. Com uma visão estratégica, a partir do diagnóstico de uma situação concreta, que pode se apresentar como um descontrole financeiro com acúmulo de dívidas ou, até numa situação inversa de acúmulo de poupança financeira sem a adequada aplicação dos recursos, o gestor fixa objetivos e traça metas e, até, plano de investimentos racionalizando, assim, as situações adversas, exemplifica Julimar.



FOTO DIVULGAÇÃO

JULIMAR ROBERTO ROTA

Autarquização da JUCERGS

■ JOÃO ALBERTO VIEIRA

AGÊNCIA OFFICE PRESS/GUTO MOISÉS



■ Presidente da JUCERGS, Contabilista, professor de Novas Tecnologias e MBA em Gestão Pública

Após a opção do governo estadual em autarquizar a JUCERGS passa pela criação de condições melhores de prestação de um serviço público de qualidade. Para tomar essa decisão, própria de formulação de uma política pública, o Estado teve a preocupação, sobretudo, com a qualidade dos serviços oferecidos, que depende das melhores escolhas sobre o meio para prestá-lo. O texto do projeto a ser encaminhada a Assembléia Legislativa nos próximos dias, transforma a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, com sede e foro na capital, em autarquia de regime especial, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa, financeira e

patrimonial, e vinculada à Secretária da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sesampe).

Segundo a exposição de motivos, assinada pelo secretário estadual da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sesampe), Maurício Dziedricki, a proposta constante do projeto é resultado dos estudos de uma comissão formada para melhorar as práticas de gestão dos serviços de registro mercantil e informatizar o processo na JUCERGS, tornando-o mais transparente e passível de controle imediato.

A comissão foi formada por representantes da direção da Junta, da assessoria técnica dos vogais e dos servidores do quadro, além SESAMPE.

A conclusão dos estudos apontou que o melhor caminho era a transformação da JUCERGS, em autarquia, como suporte para modernizar os processos de trabalho, com base no uso intensivo de tecnologia, para a simplificação do registro e legalização de atividades empresariais e de pessoas jurídicas, segundo as leis federais 123/2006 (complementar), e 11.598/2007, em consonância com as políticas públicas de desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Sul.

Quanto à natureza e finalidade da Junta, o projeto estabelece que a entidade exercerá as funções de execução e administração dos serviços de registro do comércio e atividades afins, com jurisdição em todo território do Estado, e colaborará com as políticas públicas estaduais de desenvolvimento econômico.

A receita da Junta será formada por dotação atribuída pelo Estado, em seus orçamentos anuais; mais as transferências feitas pela União; por créditos adi-

cionais; recursos vindos da arrecadação dos preços devidos pelos atos de registro do comércio e atividades afins; das taxas e emolumentos de qualquer natureza, que venha a arrecadar; de multas, cauções ou depósitos revertidos a seu crédito; juros e rendimentos de receita própria; recursos financeiros oriundos do patrimônio próprio e de ajustes com pessoas de direito público ou privado; legados, doações e subvenções; e ainda outras rendas eventuais. O novo modelo de gestão se aprovado trará enormes benefícios a sociedade gaúcha, na medida em que será possível investir em tecnologia, aprimorar procedimentos, buscando sua inserção neste novo mundo com ações práticas que visam melhorar o acesso a seus serviços, buscando a agilidade e eficiência no registro mercantil, nos serviços prestados aos seus usuários, principalmente através do REDESIM, que é o processo de abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas deverá ser totalmente integrado em um único ambiente virtual a partir de 2013. É o que está prevista para a entrada em funcionamento da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim). Criada pela Lei nº 11.598, a Redesim é composta por órgãos federais, estaduais e municipais que estejam direta e indiretamente ligados aos registros de empresas. Com estas medidas esperamos resolver um dos maiores problemas quando se trata de abertura ou fechamento de empresas no país, a burocracia que é um dos fatores que elevam o chamado custo Brasil. Com as mudanças, a JUCERGS espera que o tempo de registro de uma empresa seja do tempo de registro de uma empresa seja do tempo de máximo cinco dias úteis.

SESCON-RS

vai implantar Escritório Regional em Santa Maria

Dentro da política de interiorização do SESCOON-RS, o presidente Jaime Gründler Sobrinho realizou importantes encontros com lideranças empresariais em Santa Maria e Santa Cruz do Sul. Em Santa Maria, participou de reunião-almoço com empresários e gestores de contabilidade da Região Central do Estado. Em Santa Cruz do Sul esteve presente no Fórum de Entidades de Classe Contábil, promovido pelo CRC-RS, e aproveitou o contato com dirigentes de entidades de todo o Estado para propor iniciativas conjuntas.

Cerca de quarenta empresários e gestores de escritórios de contabilidade participaram da reunião-almoço em Santa Maria. Jaime Gründler Sobrinho fez um balanço do SESCOON-RS, apresentou detalhadamente a entidade e convidou a todos a participar da 15ª Conescap, que ocorre em agosto de 2013, na cidade de Gramado. “Temos

360 empresas representadas na região e devemos estar cada vez mais próximos desse universo”, afirma. A intenção é de em breve estruturar uma sede regional do SESCOON-RS na cidade e as tratativas já estão em estágio avançado. A expectativa é de que no segundo semestre de 2013, o SESCOON-RS já esteja fisicamente instalado na região.

Em Santa Cruz do Sul, Jaime Gründler Sobrinho participou do Fórum de Entidades de Classe Contábil do Rio Grande do Sul. Em meio à pauta, aproveitou a oportunidade para divulgar a 15ª Conescap e ratificar o posicionamento crítico do SESCOON-RS em relação à política tributária nacional. Abordou as questões envolvendo a unificação do PIS e COFINS, as desonerações propostas pelo Governo Federal e



PRESIDENTE JAIME GRÜNDLER SOBRINHO DIVULGOU A 15ª CONESCAP PARA EMPRESÁRIOS DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO

a ITG 1000, posta em audiência pública pelo CFC, que pretende alterar a sistemática contábil para micro e pequenas empresas.



EVENTO NA FECOMÉRCIO-RS DEBATEU A NOVA SISTEMÁTICA TRIBUTÁRIA

O SPED FISCAL NA VISÃO DE QUEM FAZ

O Seminário Sped Fiscal (ICMS/IPI), realizado na Fecomércio-RS, reuniu os principais agentes envolvidos na implementação de um novo e moderno sistema de tributação. A intenção do SESCOON-RS, do Seprorgs, da Fecomércio-RS e da Receita Estadual (SEFAZ-RS) foi de esclarecer as demandas de cada entidade e debater avanços para o Sistema Público de Escrituração Digital. Entre todos os pontos convergentes, um ficou ainda mais evidente: é responsabilidade do empresário o perfeito fornecimento das informações ao fisco. O encontro teve participação expressiva de gestores de diversas empresas no Teatro do Sesc, em Porto Alegre, e recebeu a inscrição de 560 pessoas para a transmissão online, via portal da Fecomércio-RS.

Expectativas de com maior fôlego na

O MINGUADO RESULTADO DESTE ANO PREJUDICOU O CRESCIMENTO. NO CASO DE SERVIÇOS O DESEMPENHO FOI NULO, DE 0%



CECÍLIA RUTKOSKI HOFF

Diferente de sua aprovação política, os dois primeiros anos da presidente Dilma Rousseff, na área econômica, vão entrar para os registros do IBGE com a pior média de crescimento desde 1992. Vamos encerrar o ano com um PIB de 0,9% ante uma previsão do Governo de 4% no início de 2012. No setor de Serviços o crescimento deve fechar de 0%.

Mas como será 2013? Para Cecília Rutkoski Hoff, assessora técnica da FEE-Fundação de Economia e Estatística, alguns indicadores apontam para uma provável recuperação e cita a produção industrial e o investimento. “É verdade que essa recuperação iniciou tarde, no final do ano, e em ritmo abaixo do esperado. Mas se for mantido ao longo de 2013 acredito um crescimento na faixa dos 4%.” Ela explica que vários elementos podem favorecer o incremento. Um deles é puramente estatístico, chamado ‘carry-over’ (carregamento estatístico de um ano para outro). “Ele ocorre porque a taxa de crescimento do PIB é calculada pela média do ano e se intensifica quando o ritmo da economia se acelera, no final do ano, o que aumenta a média de crescimento para o ano seguinte.”

Atualmente, diz ela, “uma parte importante da elevação da demanda doméstica, tem sido atendida por

importações”. Espera-se que com o câmbio mais depreciado, pelo menos uma parte desta demanda se desloque para a produção doméstica. A taxa de juros mais baixa, por sua vez, deve viabilizar a expansão de investimentos e a continuidade da expansão do consumo e da construção civil, na medida em que reduz o custo de oportunidade das empresas e o custo do crédito propriamente dito. Cecília acredita que os investimentos em infraestrutura deverão ser impulsionados sob pena de não serem finalizados antes da Copa do Mundo de 2014. Por outro lado “espera-se que as economias dos Estados Unidos e da Europa continuem com um baixo crescimento”.

Para entender o fraco crescimento do PIB em 2012, ela analisa o procedimento governamental do ano anterior. “No início de 2011 o governo adotou uma série de medidas para reduzir o crescimento da economia: redução de gastos e investimentos públicos; elevação da taxa de juros e adoção de medidas macroprudenciais para conter a expansão do crédito. Foram medidas exitosas já que provocaram a desaceleração desejada no ritmo do crescimento.

um 2013 e economia

IMENTO DAS EMPRESAS.

Mas no segundo semestre, com o agravamento na crise internacional, a desaceleração se agravou e, essas medidas, aos poucos, foram sendo retiradas”.

e gerou incertezas que podem ter colocado os projetos de investimento ‘em espera”.

OS GARGALOS DA INFRAESTRUTURA

“Como a economia não respondeu da forma esperada à retirada das medidas contracionistas, o governo passou a adotar, uma série de estímulos, tanto pelo lado do consumo- por exemplo, redução do IPI-, quanto pelo lado da produção -por exemplo desonerações tributárias-. Acredito que a demora na resposta a estes estímulos se deve, principalmente, ao recrudescimento da crise internacional, que afetou as exportações

A economista coloca que após três décadas de pouquíssima aplicação em infraestrutura é evidente o aparecimento de gargalos na estrutura logística, na geração e distribuição de energia, no fornecimento de serviços de comunicação. “É fato, no entanto, que investimentos nessas áreas estão sendo feitos, ainda que de forma lenta. Há um diagnóstico e existe um plano. Embora existam gargalos, que podem aumentar o custo de



Garanta sua presença na maior convenção do setor de serviços do Brasil.

21, 22 E 23 DE AGOSTO DE 2013
SERRA PARK
GRAMADO/RS

APROVEITE OS VALORES DIFERENCIADOS

ACESSE O SITE E CONFIRA

WWW.CONESCAP.COM.BR



produção e, eventualmente, reduzir o ritmo de desenvolvimento da economia, não acredito que sejam suficientes para impedir o crescimento.”

Outro elemento diz respeito à mudança estrutural em curso no setor de serviços. Isto está associado com a melhora de renda e a incorporação de trabalhadores com menor qualificação, que se reflete tanto em um aumento de demanda por serviços quanto em uma baixa produtividade. Esse processo deve continuar nos próximos anos, o que implica em uma mudança de preços relativos (os serviços tendem a ficar mais caros). Acho que este fenômeno pode reduzir o ritmo de crescimento, mas não, impedi-lo.

No caso do Rio Grande do Sul a especialista afirma que o estado acompanha o desempenho nacional. “Neste ano, em função da quebra de safra, o PIB-RS deve crescer menos que o nacional, podendo até ser negativo já que o PIB do país será, no máximo, 1,5%.”

ANÁLISE E PROJEÇÕES DO MERCADO

O economista sócio da Volkin Investimentos, Igor Morais, afirma que a economia brasileira passou por uma desaceleração “depois do eufórico PIB de 7,2%, em 2010. Neste ano, ele deve ficar em 1,1%.” Em 2013, o Brasil terá uma “reversão de ciclo” que será marcada por um período de crescimento estável – mas baixo. Na expectativa de Morais “a economia deverá ter um crescimento de 3,7%, mas adverte que este crescimento será acompanhado de impactos inflacionários a partir de pressões salariais e, por consequência, resultará em maiores custos de produção”.

Ele explica que a “desaceleração em 2012 ocorreu, concomitantemente, a um cenário de taxa de desemprego baixa com variação de preços elevada.” Cita que a renda real se expande a taxas elevadas e que o desempenho no ano deverá ser de 3,7% sobre o ano de 2011. “Este será o primeiro ano, desde 2006, que a renda dos trabalhadores sem carteira crescerá menos do que os trabalhadores com carteira. Em média, o trabalhador sem carteira ganhava 62% do trabalhador com carteira em 2006. Hoje, essa relação é de 74%”. Como resultado, a taxa de desemprego continua a ceder “esse resultado bem abaixo da taxa natural representa pressões inflacionárias”.

Igor diz que “o desempenho do comércio foi essencial para explicar a desaceleração da economia do período embora o setor tenha sinalizado uma leve retomada em 2012”. Também salienta que “o mesmo cenário pode ser verificado para a produção voltada para a construção civil, mas a estabilidade dos últimos meses sinaliza o fim do processo de queda no indicador”.



IGOR MORAIS

PARA O SEFAZ, PREVISÃO É DE FORTE RECUPERAÇÃO

O secretário adjunto da Sefaz - Secretaria da Fazenda, André Paiva diz que o Rio Grande do Sul teve um ano difícil no setor primário, em razão da forte estiagem, com perda de quase 40% do PIB agropecuário. “Nossa perspectiva é que fiquemos abaixo do crescimento brasileiro, relativamente estável. Enquanto o PIB nacional, pelas projeções de mercado, deve atingir 1,5% de crescimento.” Já com relação à receita estadual, “apesar do quadro adverso, devemos fechar o ano de 2012 com um crescimento real em torno de 2% no ICMS, sem computar os recursos do programa de negociação de créditos ‘em dia’, o que significa que teremos uma arrecadação satisfatória considerando o comportamento da economia.”

Mesmo com os dados econômicos ainda não fechados, o setor de serviços ficará como o que mais se destacou positivamente, afirma ele. “Com efeito,

comércio, transportes e aluguéis foram os segmentos de melhor performance. No que tange ao ICMS, mesmo que o seu campo de incidência não abarque a maioria dos serviços, ele sempre é uma boa “proxy” do desempenho da economia. As áreas que mais contribuíram para o aumento da receita do imposto foram energia elétrica, fumos, bebidas, motores e máquinas e móveis e madeiras.”

André Paiva coloca que, neste ano, educação, saúde e segurança foram priorizadas e que o Estado ampliará a aplicação de recursos nessas áreas em 2013. Para investir em outras, especialmente, na infraestrutura de transporte e em projetos associados ao desenvolvimento econômico, o RS conta com recursos de financiamentos internacionais, principalmente através das linhas do Proredes-Bird e do Proconfis-Bid, e nacionais, com as linhas do Proredes-BNDES e

do Proinveste-Banco do Brasil. Para ampliação e melhoria da malha viária, “contamos com o Plano de Obras Rodoviárias, que prevê o investimento de R\$ 2,6 bilhões, incluindo acessos asfálticos municipais, duplicação de rodovias, ampliação ou construção de rodovias de integração regional, além de programas de recuperação de rodovias”.

A perspectiva para 2013 é que teremos um ano bom com forte recuperação do segmento agropecuário, com reflexos positivos tanto na indústria quanto no comércio, afirma o secretário. “Enquanto a estimativa do mercado é de um crescimento de 4% para o PIB do Brasil, para o RS projetamos uma taxa na ordem de 5%, talvez até mesmo 6%. Com este cenário, a expectativa é que a receita do Estado também apresente um bom desempenho, o que é importante para fazer frente às dificuldades financeiras estruturais do Estado”.

FOTO: EDUARDO SEIDL / PALÁCIO PIRATINI



ANDRÉ PAIVA

Enquadramento

associações empresariais

■ FLÁVIO OBINO FILHO



AGÊNCIA OFFICE PRESS/GUTO MOISÉS

■ Advogado

Enquadramento sindical é o ato que declara que determinada empresa e seus empregados integram categoria econômica e paritária categoria profissional previstas no quadro anexo ao art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho. Ao ser definido o enquadramento, identifica-se a entidade sindical que representa o empregador e os trabalhadores a ele vinculados. Esse quadro, que não é atualizado desde 1988, não pode ser considerado hermeticamente fechado, mas as categorias e atividades ali previstas são o referencial para fins de enquadramento sindical.

Atualmente debate-se em âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, com a participação das centrais de trabalhadores e as confederações sindicais empresariais, nova normativa sobre organização sindical que prevê a adoção de uma Tabela de Categorias no lugar do mapa anexo ao art. 577. A sistemática de definição apriorística da categoria para fins de criação de sindicato e enquadramento sindical, contudo, será mantida.

Neste cenário, não há como se imaginar uma enumeração taxativa de categorias e atividades, procedendo-se o enquadramento sindical por similitude.

Matéria que já foi polêmica no passado, mas que foi resolvida pelo Ministério do Trabalho no século passado diz respeito ao enquadramento sindical de associações empresariais e outras enti-

Sindical

X associações culturais

dades não sindicais de defesa e organização de seus associados. Este tipo de associação não se confunde com entidades culturais e o enquadramento sindical se dá em categoria diversa destas últimas.

Cumpra-se destacar que a natureza jurídica do empreendimento, em regra, não influi no enquadramento sindical. O que interessa é a atividade exercida. Não raro associações sem fins lucrativos são enquadradas em categorias econômicas denominadas “das empresas”, e empresas de serviços em categorias chamadas “das entidades”.

É o que ocorre com as associações empresariais e profissionais. Estas entidades têm como objetivo a defesa dos seus associados, são entidades de cunho reivindicativo e também prestam assessoramento nas mais diversas áreas. Neste sentido não se confundem com associações de difusão cultural e entretenimento.

Assim, as associações empresariais e de profissionais são enquadradas na categoria econômica “empresas de assessoramento, perícias, informações e pesquisas”, do Plano da CNC. As culturais e de entretenimento, ao seu turno, enquadram-se na categoria “entidades culturais, recreativas, de assistência social, de orientação e formação profissional”, integrante do grupo das empresas de difusão cultural e artística.

Ao examinar a matéria, o Ministério do Trabalho, através da Comissão do Enquadramento Sindical, de forma unânime esclareceu que o enquadramento das associações empresariais, de profissionais e de produtores é feito na categoria econômica “empresas de assessoramento, perícias, informações e pesquisas”, representada no Rio Grande do Sul, pelo SESCON/RS. Mesmo superada a discussão, alguns sindicatos de entidades culturais, mesmo vencidos, mas ainda não convencidos, costumam agir em desacordo com o já definido pelo Ministério do Trabalho, trazendo insegurança na relação das associações empresariais e o sindicato que as representa.

A título elucidativo, a seguir, lembramos alguns destes pronunciamentos, com citação dos processos correspondentes e do Diário Oficial da União em que as resoluções foram publicadas: CDL do Distrito Federal (MTb 24000.006.300/87 – DOU 05/07/88), CDL Florianópolis (MTb 24210.003.015/87 – DOU 08/06/88), Confederação Nacional dos Diretores Lojistas (MTb 316.973/79 – DOU 23/07/79), Associação das Indústrias de Curtume do Rio Grande do Sul (MTb 24400.000.596/87 – DOU 25/05/88), Associação das Indústrias de Calçado de Minas Gerais (MTb 24000.008.951/87 – DOU 25/05/88), Associação dos Fabricantes Brasileiros de Coca-Cola

(MTb 106.401/81 – DOU 21/06/82), Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (MTb 315.618/79 – DOU 14/10/80), Associação Sulina de Crédito e Assistência (MTb 24400.009.637/87 – DOU 15/03/88), Associação Brasileira de Criadores de Gado Pardo Suíço (MTb 313.134/79 – DOU 26/06/80), Associação dos Fumicultores do Brasil (MTb 24400.008.654/85 – DOU 06/10/88), Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais (MTb 24370.009.624/86 – DOU 30/03/88), Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (MTb 24370.017.517/85 – DOU 25/09/87), e SPC de Porto Alegre (MTb 306.596/80 – DOU 13/11/81).

Ante o exposto, salta aos olhos, até do observador menos avisado, que o enquadramento sindical de associações comerciais e industriais, câmaras de diretores lojistas, associações de produtores, e associações de profissionais se dá na categoria econômica “empresas de assessoramento, perícias, informações e pesquisas”, representada no Rio Grande do Sul, pelo SESCON/RS, sendo de uma clareza de incêndio – além de iluminar, queima – que estas associações estão à margem do enquadramento na categoria econômica das “entidades culturais, recreativas, de assistência social, de orientação e formação profissional”.

A Cofins aumenta Brasil diminui

■ PATRÍCIA PALERMO



FOTO DIVULGAÇÃO

■ Economista-chefe da Assessoria Econômica da Fecomércio-RS

Já faz algum tempo que circula na mídia a proposta da Receita Federal de simplificar a cobrança do PIS/COFINS. A ideia seria fazer com que no Brasil existisse apenas um regime de cobrança do tributo. Nesse caso, todos obrigatoriamente migrariam para o regime não-cumulativo. A proposta da Receita muda também a alíquota de 3,65% para 9,25%. Isso contudo, na justificativa do órgão, tenderia a não gerar impactos sobre a carga, visto que seria possível descontar os créditos acumulados ao longo da cadeia.

Na primeira vez que a Receita promoveu uma simplificação semelhante, houve uma migração “voluntária” dos agentes de um regime para o outro. Na ocasião, a arrecadação da COFINS passou de 3,49% do PIB em 2003 para 4,01% em 2004, representando um sensível aumento da carga tributária brasileira que, na época, também se esperava que permanecesse a mesma. Apesar das críticas, a alíquota foi preservada e o aumento da carga foi mais um “custo” incorporado à combatida competitividade dos produtos brasileiros. Atualmente, conforme declarações do Ministério da Fazenda, 21% da arrecadação do PIS-Cofins decorre de empresas que optam pela cumulatividade. A questão central é que fundamentalmente essas empresas são do setor de Serviços. Num regime não-cumulativo a ideia, no sentido econômico, é transfor-

mar o PIS/Cofins num tributo sobre valor adicionado. No entanto, o valor adicionado do setor de serviços é altíssimo.

Um levantamento da Fecomércio-RS, com dados do IBGE, apontou que no caso de escritórios de contabilidade e advocacia, bem como em imobiliárias, o valor adicionado é em média de 75% da receita. Em serviços de vigilância esse percentual passa para 85%, e nas empresas de locação de mão-de-obra 93% é valor adicionado. Esses percentuais, quando vistos pelos olhos da Receita, tendem a se tornar maiores uma vez que o entendimento do órgão sobre o que poderia ser considerado insumo muitas vezes diverge do ditado pela teoria econômica. Assim, ao mudar o regime, acaba-se por elevar de maneira significativa a alíquota



e o

efetiva do setor com impacto sobre a rentabilidade das empresas, dos preços pagos pelos consumidores (pessoas físicas e jurídicas) e, sem sombra de dúvida, da carga tributária no País.

O que a Receita busca com essa reforma é tratar bens e serviços de igual maneira. Se só houvesse o PIS/COFINS como tributo, talvez isso se reduzisse em importância. O problema é que isso está muito longe de ser uma verdade. O emprego, essência do valor adicionado e característica básica do setor de serviços, é altamente tributado no País. A tributação excessiva associada à baixa produtividade da mão de obra brasileira torna os serviços naturalmente caros no Brasil. O que a Receita vai fazer com sua reforma é só torná-los ainda mais caros. Resultado: todos vamos nos tornar mais pobres. O problema é que os mais pobres sempre pagam a maior fatia dessa conta.

SXC.HU



Qualidade para administrar tempo e comportamento

A 13ª edição do Workshop Qualificar é Preciso premiou as empresas que investiram na qualidade e promoveu palestras focadas nos principais temas de gestão do momento. Christian Barbosa (SP), reconhecido empresário e consultor internacional, emprestou todo o seu conhecimento em administração do tempo. Já o Ph.D em Administração, Jorge Farias, realizou uma analogia entre a arquitetura e o comportamento organizacional.

De acordo com Christian Barbosa, seis em cada dez executivos brasileiros vivem estressados por total incapacidade de gerenciar seu tempo. Apenas um terço das reuniões nas empresas são realmente produtivas e colaboradores gastam em média três horas por dia lendo e respondendo e-mails. “Temos que saber o que é realmente importante na nossa vida, para onde vamos, como conseguiremos mais tempo, onde localizaremos rapidamente as ferramentas que precisamos e como iremos manter essa cultura todos os dias”, comenta. Segundo ele a falta de planejamento do tempo prejudica, inclusive, a saúde do executivo. “Temos que ter a nossa vida organizada, no mínimo três dias à frente”, comenta.



CHRISTIAN BARBOSA: APENAS UM TERÇO DAS REUNIÕES SÃO PRODUTIVAS

CONFIANÇA E COMPROMISSO

Jorge Farias, por sua vez, fez uma análise do comportamento das pessoas no ambiente de trabalho relacionando com a arquitetura. Para ele, antigamente apenas boa vontade e capacidade eram sinônimos de sucesso. Atualmente, porém, esse cenário mudou. “Hoje confiança e compromisso movem as pessoas”, afirma. Segundo Farias, o tempo de vida médio de um produto ou serviço é de três anos e oito meses. “Por isso temos que a todo momento nos reinventarmos e reformularmos nossos modelos de negócio”, ressalta.

No intervalo das palestras, as empresas que investiram em práticas de qualidade receberam a homenagem (confira a lista abaixo). As honrarias foram entregues pelo presidente do SESCON-RS, Jaime Gründler Sobrinho, e pelo vice-presidente da entidade e presidente do Comitê SESCON-RS / PGQP, José Inácio Lenz.

SESCON-RS

Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul

Rua Augusto Severo, 168 | Fone: (51) 3343-2090
Fax: (51) 3343-2806 | CEP: 90240-480 | Porto Alegre/RS
www.sescon-rs.com.br | sescon-rs@sescon-rs.com.br

DIRETORIA

TITULARES

Presidente:

Jaime Gründler Sobrinho

Vice-Presidente:

José Inácio Lenz

Diretor Administrativo:

Renato João Kerkhoff

Vice-Diretor Administrativo:

Maurício Gatti

Diretor Financeiro:

Diogo Ferri Chamun

Vice-Diretor Financeiro:

Tassiro Astrogildo Fracasso

Diretor de Relações do Trabalho:

José Roberto Santos Pires

Diretor de Assuntos Legislativos:

José Tadeu Jacoby

Diretor Regional:

Leono Pacheco

Diretor Regional:

Luiz Carlos Duarte de Oliveira

Diretor Regional:

Sérgio Gilberto Dienstmann

Diretor Regional:

Valdir Ferreira Rodrigues

SUPLENTE

Barcelides Moresco

Célio Luiz Levandoski

Celso Luft

Décio Luiz Becker

Eduardo Sinigaglia

Flávio Dondoni Jr.

Flávio Duarte Ribeiro Junior

Inelva Fátima Lodi

Jacqueline Pereira Paiva

Jorge Luiz Bersch

Maria Onira Colissi

Marice Franchetti

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Rogério Costa Rockembach

Osvino Schneider

Joaquim Vaz Godinho

SUPLENTE

Eldo Luft

Lourdes Scartezini

Jorge Luiz Pereira

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FEDERAÇÃO

TITULARES

Luiz Carlos Bohn

Jaime Gründler Sobrinho

SUPLENTE

Eldo Luft

Joel Carlos Kábe

Anarias Cipriano Alves

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Carlos Nasi

Diogo Chamun

Flávio Obino Filho

Jaime Gründler Sobrinho

José Roberto Santos Pires

Jussara Corrêa

Maurício Gatti



Office Press
AGÊNCIA DE NOTÍCIAS

PRODUÇÃO

Agência Office Press

Fone: (51) 3325.6061

www.officepress.com.br | office@officepress.com.br

Editor Responsável: Guto Moisés (Fenaj 6543/RS)

Reportagens: Whalmir Anna von Koenig

Revisão: Press Revisão

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: PensDesign

Fotos: Arquivo SESCOB-RS e Agência Office Press

PORTO ALEGRE

[14/09]

CURSO O FATO GERADOR DO ICMS E O CONFLITO COM O ISS E IPI, com o professor Vicente Brasil Jr. O curso aborda o conceito de serviço, como nascem os conflitos de competência, os casos práticos de conflitos e as soluções adotadas.

[18/09]

ICMS TRANSPORTE RODOVIÁRIO, com o auditor e consultor tributarista, Ademir Vanzella. Capacitação voltada para a correta emissão de documentos fiscais.

[28/09]

PALESTRA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA E DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA EM OPERAÇÕES INTERESTADUAIS PARA O SIMPLES, com o especialista em Direito Econômico, Rafael Borin.

[15/10]

CURSO DE DEPARTAMENTO PESSOAL, Módulo II com o professor Luciano Biehl. O treinamento forma e capacita para a prática das rotinas de departamento pessoal nas empresas de serviços contábeis.

[16/10]

[19/10]

PALESTRA COMÉRCIO VIRTUAL E O ICMS, com o especialista em Direito Econômico, Rafael Borin.

[22/10]

FÓRUM DE DISCUSSÃO SOBRE SOFTWARES DE CONTABILIDADE. Encontro reuniu empresários e gestores de empresa do setor.

[24/10]

CURSO PRÁTICO DE ICMS, IPI E ISSQN (ISS), com o auditor e consultor tributarista, Ademir Vanzella. Legislação, Conceitos, Base de Cálculo, Alíquotas e Documentos Fiscais foram os temas abordados.

[25/10]

FORMAS DE TRIBUTAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA, com o professor Sérgio da Porciúncula. Curso abordou o Lucro Real, o Lucro Presumido e o Lucro Arbitrado.

[30/10]

CURSO LIDERANÇA DO CONSULTOR EMPRESARIAL, com o com o especialista em Gestão Estratégica de Marketing, Marcelo Bernardes.

[13/11]

AS NOVAS REGRAS DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, com o especialista na área trabalhista e previdenciária, José Alfredo do Prado Jr.

[21/11]

CURSO NORMAS PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-E) – ASPECTOS FISCAIS, com Abordagem Prática e Operacional. Curso ministrado pelo auditor e consultor tributarista, Ademir Vanzella.

[21/11]

SEMINÁRIO SPED FISCAL (ICMS/IPI), REALIZADO NA FECOMÉRCIO-RS, com a presença de dirigentes do SESCOB-RS, Fecomércio-RS, Seprorgs e da SEFAZ/RS.

INTERIORIZAÇÃO / WEB – UNIFENACON

- [06/09] a [11/10] CURSO DE FORMAÇÃO DE CONSULTORES CONTÁBEIS EM SÃO LEOPOLDO. A capacitação tem o objetivo desenvolver os participantes para atuarem como consultores gerenciais. Para isso, é utilizada uma metodologia que possibilita identificar oportunidades e oferecer soluções aos clientes atuais e potenciais dos escritórios de contabilidade.
- [11/09] CRÉDITO DE PIS / COFINS NÃO CUMULATIVO: O NOVO CONCEITO DE INSUMO em Lajeado com o mestre em Direito Tributário, Rafael Nichele.
- [12/09] SEMINÁRIO EIRELI, com transmissão via web. As atividades foram ministradas pelo especialista em administração e controladoria, Braulino dos Santos.
- [26/09] OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS PARA COM A RECEITA FEDERAL, via web. Curso ministrado pelo especialista em Gestão Tributária, Rômulo Albuquerque Silva.
- [10/10] CURSO PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CAMPANHA ELEITORAL, via web. Curso ministrado pelo especialista em administração financeira e auditoria contábil, José Pinto da Rosa.
- [15/10] CURSO O FATO GERADOR DO ICMS E O CONFLITO COM O ISS E IPI em Lajeado com o professor Vicente Brasil Jr. O curso aborda o conceito de serviço, como nascem os conflitos de competência, os casos práticos de conflitos e as soluções adotadas.
- [25/10] HOMOLOGNET NA PRÁTICA E REGRAS PARA O AVISO PRÉVIO via web, com a consultora Rosemary Teles.
- [25/10] HOMOLOGNET NA PRÁTICA E REGRAS PARA O AVISO PRÉVIO EM RIO GRANDE, com a consultora Rosemary Teles.
- [29/10] a [12/10] CURSO LIDERANÇA DO CONSULTOR EMPRESARIAL, com os consultores Luciano Lima e Marcelo Bernardes.
- [09/11] AS NOVAS REGRAS DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, via web, com a consultora Débora Figueiró.
- [13/11] SEMINÁRIO TRIBUTAÇÃO DO IR DAS PESSOAS FÍSICAS, via web. Curso ministrado pela consultora tributária, Flávia Barbosa.
- [14/11] AS NOVAS REGRAS DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO EM SÃO LEOPOLDO, com o especialista na área trabalhista e previdenciária, José Alfredo do Prado Jr.
- [21/11] CURSO DE ORIENTAÇÃO EFD – FISCAL (ICMS / IPI) E EFD – CONTRIBUIÇÕES (PIS/COFINS) em Montenegro com a especialista em Direito Tributário, Daisy Machado.
- [22/11] PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS, via web. Curso ministrado pelo consultor tributário, Laurenil Domingues.

COMITÊ SETORIAL SESCON-RS / PGQP

[03/09]

PALESTRA MENSAL – COMUNICAÇÃO ASERTIVA NO ATENDIMENTO AO CLIENTE, com a fonoaudióloga Bianca Aydos.

[12/09]

CURSO A ARTE DE ATENDER COM QUALIDADE, com o diretor da Associação Gaúcha para a Qualidade, Gilberto Pacheco.

[01/10]

PALESTRA MENSAL – A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL, com o diretor regional do SENAC-RS, José Paulo da Rosa.

[20/11]

WORKSHOP QUALIFICAR É PRECISO, com as palestras Mais Tempo (Como ter uma Vida com mais Equilíbrio), de Christian Barbosa (SP), e Arquitetura e Comportamento Organizacional, de Jorge Fernando Farias (RS)

Cinco desafios do Rio Grande do Sul

■ MANUELA LOPES

Há décadas que importantes reformas estruturais que não são enfrentadas no Rio Grande do Sul impedem e atrasam o desenvolvimento gaúcho. O custo de não fazer é altíssimo: mais de 20 bilhões ou 10% do PIB gaúcho. Vários são os motivos. Destacamos a ausência de políticas de longo prazo, a falta de coalizão política, a força das corporações, que preferem o como está e a passividade da sociedade, que, inerte, pouco atua, não fala, não se envolve.

Nos últimos anos essa postura da sociedade vem mudando mesmo que muito lentamente. A inquietação com indicadores de desastres próximos em várias áreas e o desconhecimento do que queremos lá adiante, fez com que um grande grupo de lideranças de todos os setores junto a centenas de voluntários desenhasse um Rio Grande do Sul ideal.

Em seis anos de trabalho com quase

200 instituições participantes e muito trabalho voluntário, o movimento nascido dessa inquietação dos gaúchos e denominado Agenda 2020, priorizou cinco grandes desafios que o Rio Grande do Sul tem que enfrentar para que o Estado volte a crescer:

- Educação Básica de Qualidade: retomar a liderança educacional no Brasil.
- Parques Tecnológicos: além dos já consolidados, implementar mais 12 parques tecnológicos nas mais diferentes regiões do RS, sempre em parcerias com universidades.
- Previdência: implementar um novo sistema para diminuir o atual déficit previdenciário de mais de 5 bilhões ao ano.
- Investimento: recuperar a capacidade de investimento sobre a Receita Corrente Líquida, passando dos atuais 3,7% para 10% até 2014 e 15% até 2020.

• Infraestrutura Logística e Saneamento: diminuir o custo de logística do RS que está em 19% do PIB. Implementar até 2020 um sistema de coleta e tratamento de esgoto para 75% dos gaúchos. Hoje, esse sistema atende apenas 15% da população gaúcha.

Para todos esses desafios, a Agenda 2020, através dos seus voluntários, elaborou propostas e se compromete a colaborar com o poder público e juntar os esforços de centenas de voluntários e instituições na busca de um RS com melhor qualidade de vida.

“**Nos últimos anos essa postura da sociedade vem mudando mesmo que muito lentamente.**”



Conheça a solução Alterdata para o SPED

Presente no Rio Grande do Sul desde 2002

Produtividade & Segurança para sua Empresa

+ Velocidade no processamento

Mais de 300 mil arquivos SPED gerados, inclusive o do 5º maior supermercado do Brasil.

+ Produtividade

Acabe com a importação manual de notas fiscais e de transporte eletrônicas. Com o NF-Stock Alterdata, o sistema recebe as notas de seus clientes, importa e as escritura para você.

+ Segurança

Pré-validação de arquivo SPED diretamente do sistema Fiscal, antes do envio a Receita.

+ Liberdade de escolha

Banco de dados SQL ou PostGree

Solicite uma demonstração sem compromisso

www.alterdata.com.br

0800 704 1418



ISO 9001
QUALIDADE CERTIFICADA



ALTERDATA
SOFTWARE

A maior empresa de sistemas para
escritórios contábeis 100% brasileira



Um grande negócio para as micro e pequenas empresas: fornecer produtos para o Governo do Estado.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos, em parceria com o Sebrae/RS, criou o Programa Fornecer - Compras Públicas para Micro e Pequenas Empresas. Esse Programa permite a participação exclusiva de Micro e Pequenas Empresas em licitações com valores de até R\$ 80 mil.

Divulgue para os seus clientes essa grande oportunidade de crescimento e contribua com o desenvolvimento econômico da sua região.

Para mais informações, acesse www.cecom.rs.gov.br ou fale com a Central de Relacionamento Sebrae/RS pelo **0800 570 0800** ou pelo site www.sebrae-rs.com.br

Secretaria da Administração
e dos Recursos Humanos

